

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NA ESCOLA

PROTOCOLO DE ATUAÇÃO E COMBATE



Observatório
Permanente dos
Preconceitos em
Escolas de
Sergipe

SECRETARIA DE ESTADO
DA EDUCAÇÃO



SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
SERGIPE



FAPES
Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe

Produção

Observatório Permanente dos Preconceitos nas Escolas de Sergipe (OPPES)

Apoio

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Secretaria de Estado da Educação de Sergipe (SEED)

Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe (FAPESE)

Organização

Ueliton Santos Moreira Primo (UFS)

Rose Mariane Passos Cavalcante (UFS)

Dalila Xavier de França (UFS)

Marcus Eugênio Oliveira Lima (UFS)

Comissão de Elaboração

Dalila Xavier de França (UFS)

Marcus Eugênio Oliveira Lima (UFS)

Ueliton Santos Moreira Primo (UFS)

Rose Mariane Passos Cavalcante (UFS)

Barbara Santana Ribeiro (UFS)

Joana dos Santos (UFS)

Israel Jairo Santos (UFS)

Rita de Cassia de Jesus Oliveira (UFS)

Samira Silva Costa (UFS)

Revisão Textual

Luciana Mariz

Fotografia da Capa

Governo de Sergipe

Ilustrações

Eustas Design

Zdenek Sasek

Fábio Cruz Mitidieri
GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE

José Macedo Sobral
VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE
/ SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Francisco Marcel Freire Resende
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

José Edson Costa dos Santos
SUPERINTENDENTE EXECUTIVO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Eliane Passos Santana
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE APOIO AO SISTEMA EDUCACIONAL-DASE

Adriane Álvaro Damascena
CHEFE DO SERVIÇO DE PROJETOS ESCOLARES PARA OS DIREITOS HUMANOS

Pedro de Santana Santos
COORDENADOR DO PROGRAMA ACOLHER

DIRETORIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO

DRE 1 – Franz Russeberg da Silva Santos
DRE 2 – Daniela Santos da Silva
DRE 3 – Gadston dos Santos
DRE 4 – Handresha da Rocha Santos
DRE 5 – Elaine Silva Tomé
DRE 6 – Max Cardoso Silva
DRE 7 – Maria das Graças Albuquerque Melo
DRE 8 – Marleide Cruz de Araújo
DRE 9 – Antônio José de Santana
DEA – Gilvânia Guimarães dos Santos

EQUIPE TÉCNICA DO PROGRAMA ACOLHER

Ana Mércia Dantas da Silva Santana
Andressa Lílian Rodrigues de Oliveira
Elaine Araújo Canuto
Karinne Nascimento Silva
Lorena Maria Borges Silva
Marcus Vinícius Oliveira Santos
Nayane de Jesus Oliveira Silva Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Intolerância religiosa na escola [livro eletrônico] : protocolo de atuação e combate / organização Observatório Permanente dos Preconceitos nas Escolas de Sergipe (OPPES). -- São Cristóvão, SE : Ed. dos Autores, 2025. PDF

Vários autores.

Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-01-40888-0

1. Diversidade religiosa 2. Intolerância
3. Pluralismo religioso 4. Preconceitos religiosos
I. Observatório Permanente dos Preconceitos nas Escolas de Sergipe (OPPES).

25-263386

CDD-379.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Preconceitos na escola : Combate : Educação 379.2

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Apresentação

A cooperação entre a Universidade Federal de Sergipe e a Secretaria de Estado da Educação (SEED) é de fundamental importância para subsidiar e compreender as políticas públicas, a partir de dados oriundos das pesquisas acadêmicas. O material pedagógico apresentado a seguir, sob a forma de 7 (sete) protocolos que concernem às principais modalidades de violências e violações praticadas e percebidas na comunidade escolar – racismo, sexismo, LGBTfobia, classismo, intolerância religiosa; capacitismo; bullying e cyberbullying; – são o produto de uma rigorosa pesquisa fruto do Observatório das Violências e Conflitos Sociais na Rede Estadual de Ensino de Sergipe: Ações de Prevenção e Controle (UFS), a partir do diagnóstico da incidência dessas violências e violações em uma amostra representativa dos estudantes em 10 (dez) escolas circunscritas nas Diretorias Regionais de Educação do Estado de Sergipe.

Os protocolos apresentados servirão de embasamento técnico para a implementação dos núcleos do Observatório das Violências nas 10 (dez) unidades escolares da Rede Estadual de Ensino de Sergipe, orientando os profissionais que acompanharão os estudantes nas ações de prevenção e enfrentamento a essas modalidades de violência.

Cabe destacar que a SEED, por meio da Portaria nº 3625/2020, implementou a política de Promoção de Paz nas Unidades Escolares, considerando o crescente e notório aumento dos índices de violência no ambiente escolar, a necessidade da promoção de um espaço de acolhimento e cuidados, da difusão de práticas que estimulem a sensação de pertença dos estudantes, e do estímulo contínuo ao desenvolvimento integral de suas potencialidades.

Dentre as diretrizes da mencionada Portaria destaca-se a importância do estabelecimento de parcerias entre a escola e as Instituições de Ensino Superior (IES), para ações de colaboração na formulação de estratégias que visam a implementação da política da paz, observadas as diretrizes da SEED. Assim, compreende-se que as estratégias de intervenção indicadas nos protocolos elaborados pela equipe do Observatório deverão contribuir para a melhoria do clima escolar, na perspectiva da promoção da cultura de paz e não violência.

Ademais, o convênio celebrado entre os Departamentos de Psicologia e Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e a SEED buscará expandir o escopo das ações de formação continuada da equipe técnica que compõe o Programa de Acolhimento Psicossocial nas Escolas Estaduais de Sergipe (Programa Acolher) e demais profissionais da escola pública, bem como atingir um maior número de unidades escolares, além daquelas que foram inicialmente designadas como escolas-piloto para a implementação dos núcleos do Observatório das Violências e Conflitos Sociais.

Programa Acolher
Secretaria de Estado da Educação

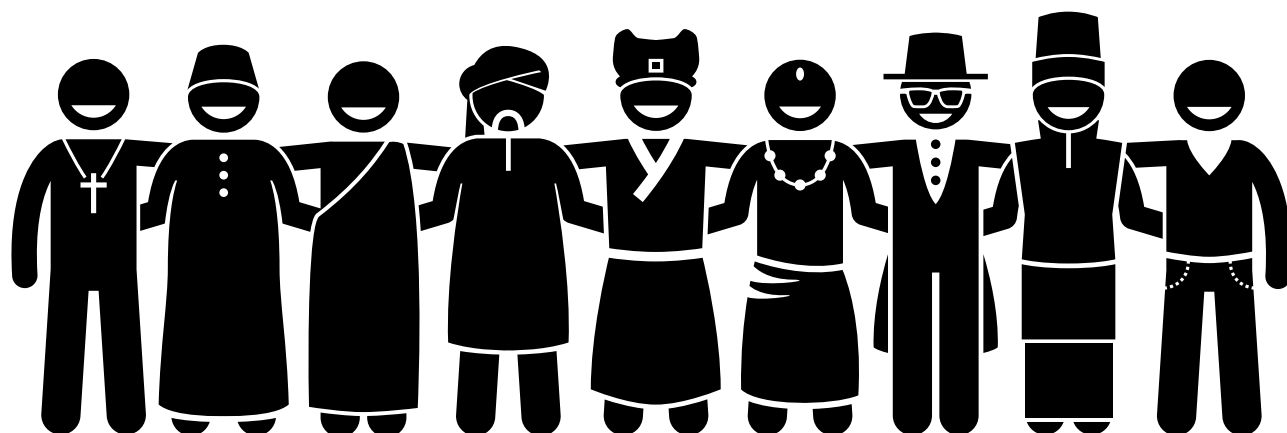
Sumário

1	Introdução	7
2	O que é a intolerância religiosa?	9
3	Quais as principais formas de expressão da intolerância religiosa?	13
4	Como a intolerância religiosa é reproduzida na escola?	15
5	Quais os impactos da intolerância religiosa?	17
6	A função da escola no combate à intolerância religiosa	19
7	O papel do(a) professor(a)	21
8	O papel da gestão escolar	25
9	O papel da família	27
10	O papel da psicologia escolar	29
11	Uma situação de intolerância ocorreu na minha escola. Como posso lidar com isso?	31
12	Como combater a intolerância religiosa na escola: intervenções e indicações de materiais.	35
13	Canais de denúncia	40
14	Relatório para registro de ocorrências de preconceito na escola.	41
15	Referências	43

1. Introdução

A presença da diversidade religiosa nas escolas é reflexo da pluralidade religiosa que compõe a sociedade brasileira. Conhecer e respeitar essa diversidade é essencial para se criar um ambiente educativo inclusivo, em que todos os estudantes, independentemente de sua religiosidade, sintam-se seguros, apoiados e valorizados. Promover a aceitação e o respeito pela diversidade religiosa nas escolas não apenas enriquece o aprendizado e a convivência, mas também prepara os estudantes para viver e interagir em uma sociedade plural e igualitária.

Este protocolo foi desenvolvido no âmbito do Observatório Permanente dos Preconceitos nas Escolas de Sergipe (OPPES) e surge da urgente necessidade de se enfrentar e combater a intolerância religiosa nos ambientes escolares. A intolerância religiosa na escola fere os direitos humanos dos estudantes que não têm suas crenças respeitadas, exigindo um esforço conjunto de toda a comunidade escolar e da sociedade para o seu enfrentamento. Este material visa fornecer uma maior compreensão sobre o tema, bem como estratégias práticas para criar um ambiente educacional mais inclusivo e respeitoso, livre da intolerância e dos preconceitos.



Neste material, apresentamos o conceito de intolerância religiosa, suas principais formas de expressão na sociedade e no ambiente escolar, bem como os impactos desse fenômeno na saúde mental e na aprendizagem dos estudantes, destacando a urgente necessidade de intervenção. O combate à intolerância religiosa exige compromisso, conhecimento e ação conjunta de toda a comunidade escolar. Por isso, neste protocolo são apresentados os papéis dos atores escolares para a criação de um ambiente seguro e inclusivo para pessoas de todas as orientações religiosas. Além disso, apresentamos políticas e práticas que podem ser implementadas pelos profissionais da comunidade escolar para promover o respeito e a aceitação da diversidade religiosa, bem como discutimos maneiras pelas quais os pais e os responsáveis podem colaborar com a escola para garantir um ambiente seguro e respeitoso para todos os estudantes.

**Desejamos uma excelente leitura e
um bom aproveitamento deste
material!**

2. O que é a intolerância religiosa?



A intolerância religiosa pode ser compreendida como um conjunto de ideologias, ações e reações comportamentais ofensivas a crenças, rituais e práticas religiosas consideradas não hegemônicas; baseadas em preconceitos [1]. Práticas estas que, se somadas à falta de habilidade ou à vontade em reconhecer e respeitar crenças de terceiros, podem resultar em práticas como os crimes de ódio e violência, que fere a liberdade e a dignidade humanas.

A intolerância religiosa também pode ser definida ainda como o não reconhecimento da veracidade de outras religiões e estaria ligada à discriminação, aos estereótipos e ao preconceito [2]. É a partir da constatação da diferença entre o “nós” e os “outros” que se inicia a formação de diversos tipos de preconceito, práticas de discriminação e intolerância [3].

Dentre as explicações teóricas para esse fenômeno, está a “visão de mundo religiosa” (VMR), ou seja, as crenças e os pensamentos sobre si próprio e a sua realidade religiosa. Indivíduos com uma forte VMR podem interpretar outras VMR que diferem da sua como uma ameaça contra suas crenças, influenciando no desenvolvimento da intolerância. Esse conflito de VMR é a base para diversos comportamentos que podem evoluir para um preconceito religioso, como a evitação de certos grupos, a discriminação e as agressões verbais [4].





No contexto brasileiro, é comum que se pense que a intolerância religiosa não seja um problema, uma vez que alguns conflitos e a maneira como são noticiados, a exemplo dos judeus versus mulçumanos, imprimiram uma realidade mais marcada pela perseguição intensa e conflitos armados [5] [6]. É possível que a ausência de conflitos dessa magnitude, atrelada à não discussão sobre intolerância religiosa no Brasil, possa promover uma falsa impressão de que aqui esse seja um problema de menor gravidade. A intolerância religiosa é, no entanto, um problema de grandes proporções no cenário brasileiro, que reflete questões estruturais dessa sociedade e se manifesta também pela prática de ações violentas.

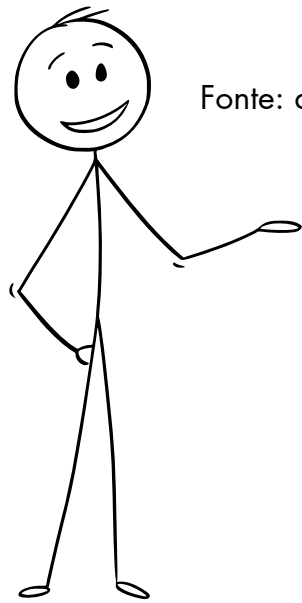
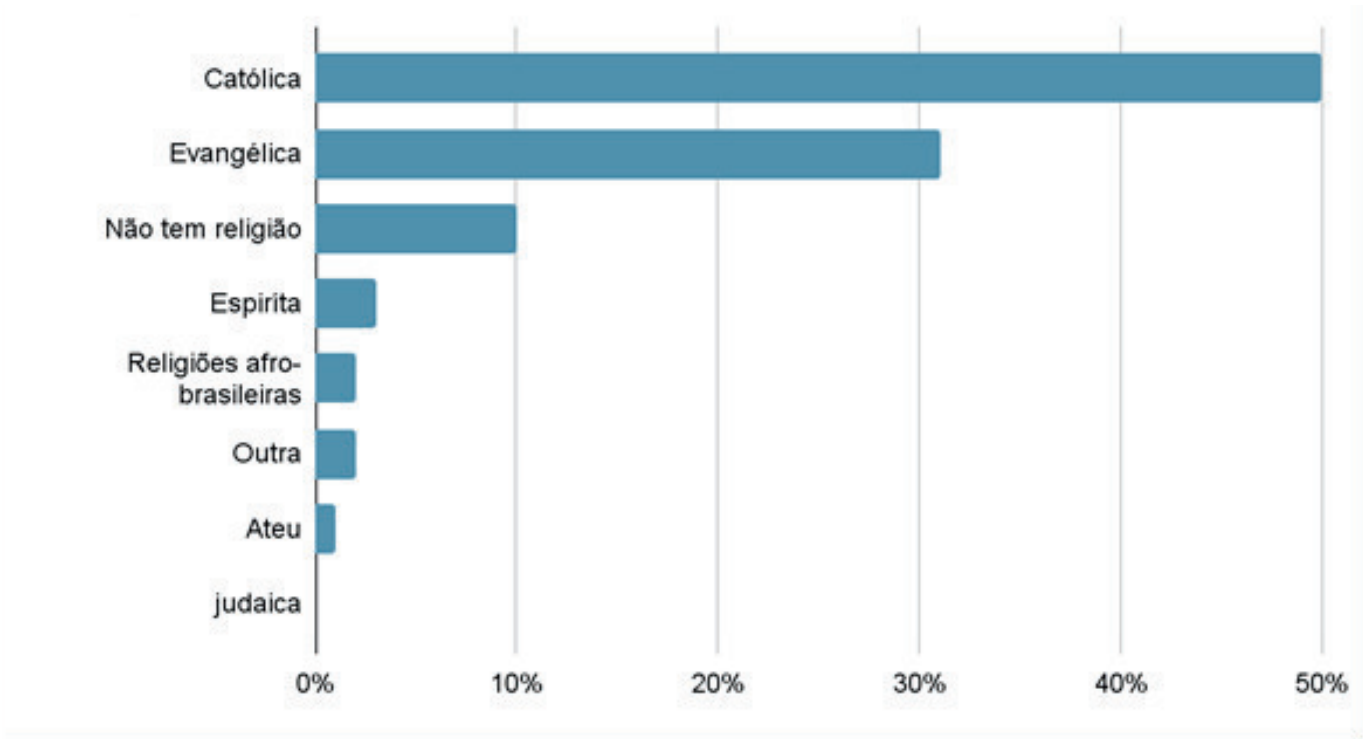
Para compreender a intolerância religiosa no contexto brasileiro, o conceito apresentado por Bobsin [7] pode ser útil. Ele define a intolerância como atitudes odiosas e agressivas a culturas e opiniões diferentes das que você possui. Se observada essa definição, compreende-se que na intolerância há um ponto crucial: ela fundamenta-se na certeza que o sujeito possui sobre algo, podendo essa compreensão ser estendida às religiões, ou seja, ela também está fundamentada naquilo que o sujeito acredita como correto, coeso, justo.

Apesar de o Brasil ser um Estado laico e mesmo com a garantia constitucional da liberdade religiosa de cada um, atos de preconceito motivados pela intolerância religiosa são comuns, indo desde xingamentos direcionados diretamente a pessoas envolvidas em determinadas religiões à depredação de templos [8]. Mas quem, afinal, sofre intolerância religiosa no Brasil?



Uma das características do Brasil é a sua diversidade cultural. As religiões são uma forte expressão dessa diversidade, a exemplo das religiões católica, evangélica, espírita, candomblé e umbanda. A convivência com tal diversidade é marcada, contudo, por disputas de poder, ações discriminatórias e de intolerância religiosa, que refletem a própria formação social brasileira. Ou seja, no Brasil, a intolerância religiosa se relaciona diretamente com o racismo e com o modo como a cultura branca europeia foi estabelecida como a única a ser seguida. As religiões de base cristã, como as religiões católica e evangélica, são, nesse cenário, consideradas a norma social.

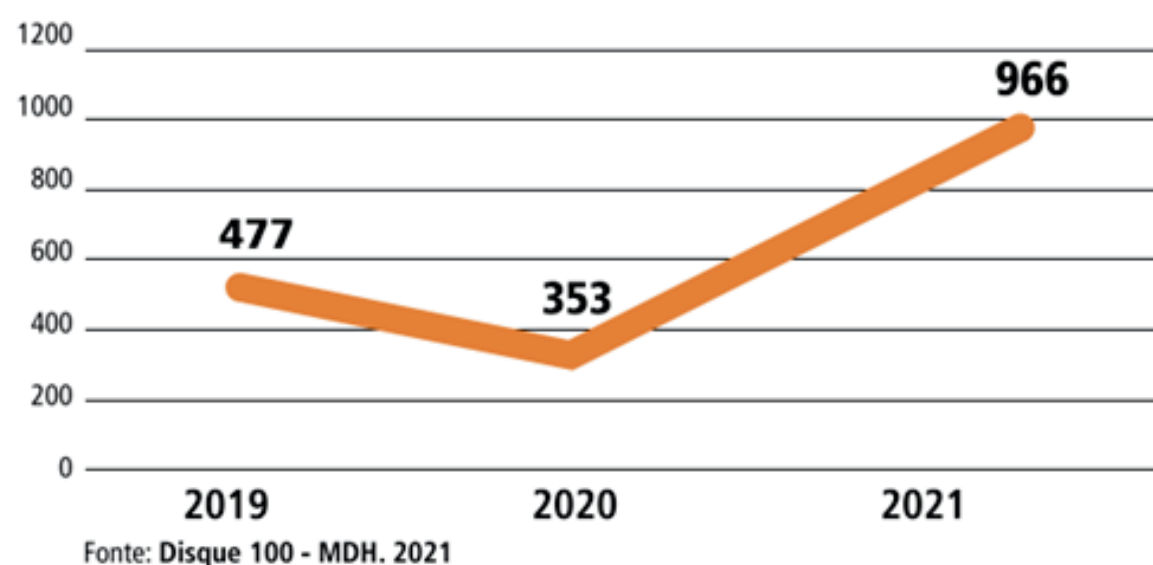
Gráfico 1: Religiões no Brasil



Fonte: datafolha, 2020.

Nesse cenário, as religiões afro-brasileiras são as que mais sofrem com atos de intolerância. Os dados denunciam o quanto as práticas violentas estão presentes. Segundo o II Relatório sobre Intolerância Religiosa: Brasil, América Latina e Caribe, as denúncias de casos de intolerância religiosa no Brasil aumentaram de 477 denúncias em 2019 para 966 em 2021 [9]. O relatório ainda demonstra que em 2021 as notificações contra religiões de matriz africana aumentaram 270% no canal de denúncia Disque 100.

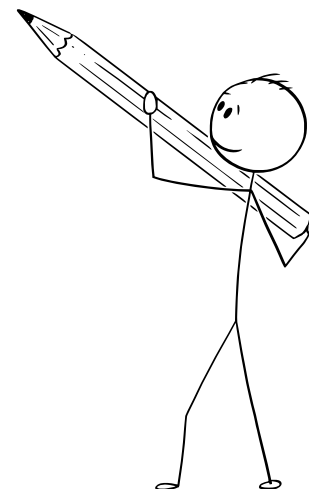
Gráfico 2: Notificações contra religiões de matriz africana no Disque 100



Esse é um problema atual, mas com raízes históricas profundas. Um exemplo disso é que as religiões de matriz africana apenas foram reconhecidas legalmente como religião pelo Estado Brasileiro com a Constituição Cidadã de 1988. Entretanto, seus adeptos ainda sofrem para conseguir a efetivação do direito à liberdade religiosa [10] [11].

Diante da violência contra às religiões de matriz africana é possível afirmar a existência de uma intolerância religiosa de cunho racista ou, como defendem alguns pesquisadores, uma intolerância a pessoas ligadas a essas religiões e militantes do movimento negro. Em função disso, pode-se dizer que existe no Brasil um “racismo religioso” [2] [10] [11].

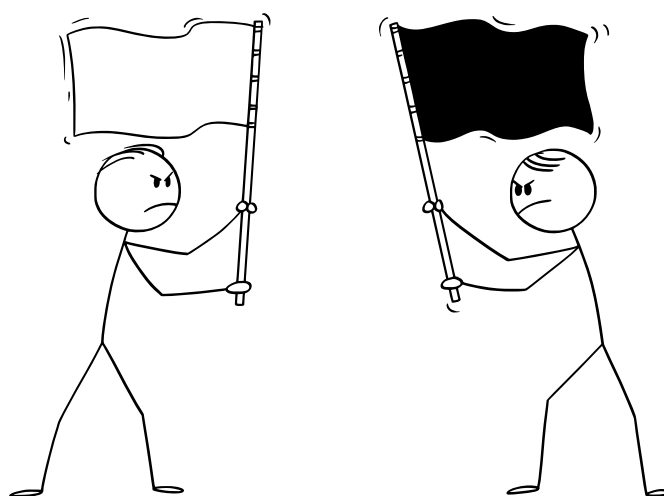
3. Quais são as principais formas de expressão da intolerância religiosa?



Antes de pensar sobre a intolerância religiosa na escola é importante entender como ela se manifesta na sociedade de forma geral. Ela pode se expressar “em pequenos conflitos cotidianos, quando um e outro pensam de forma diferente; ou quando se destroem locais de culto ou símbolos de religiões consideradas adversárias, inimigas, incorretas” [12].

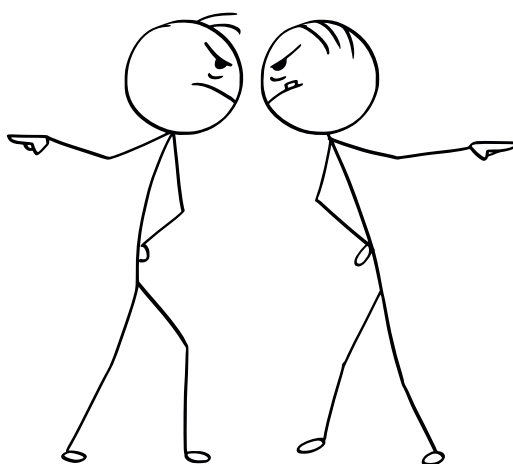
Além desses comportamentos mais individuais, a intolerância religiosa se expressa na sociedade de forma institucionalizada, quando, por exemplo, policiais e juízes relutam em reconhecer a validade legal dos crimes de discriminação e preconceito religioso ou quando a escola proíbe um estudante de expressar a sua identidade religiosa [14].

Juridicamente, incitamento e prática de atos de discriminação e preconceito religioso são passíveis de julgamento e inafiançáveis de acordo com a Lei Caó (Lei 7.716/89). No entanto, na prática, esses crimes são considerados como conflitos menores, desentendidos ou brigas, que podem ser resolvidos com acordos, no sistema judiciário conciliatório ao invés do criminal [10] [11].



Outras formas de expressão da intolerância religiosa são listadas por Orlandi e Reis [13]:

- Xingar utilizando palavras ofensivas de cunho religioso;
- Agredir fisicamente alguém em função de sua religião;
- Tratar de modo não-cordial uma pessoa em função de suas vestes religiosas;
- Reconhecer algumas práticas religiosas e outras não;
- Destruir, impedir a realização, causar danos, perturbar, cultos religiosos, bem como seus templos e seus artefatos;
- Impedir que adeptos de algumas religiões façam uso de seus trajes e artefatos religiosos no trabalho/instituição escolar/espços públicos e permitir que adeptos de outras religiões o façam;
- Impedir que um adepto de uma religião frequente seu culto;
- Impedir que um adepto de uma religião realize manifestações de sua religião em sua casa;
- Emitir opiniões afirmando que uma religião tem mais direitos do que outras.

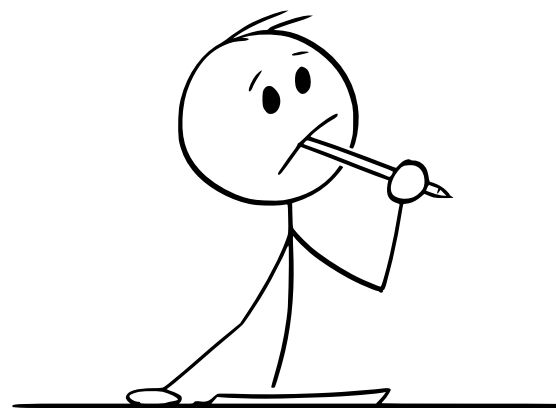
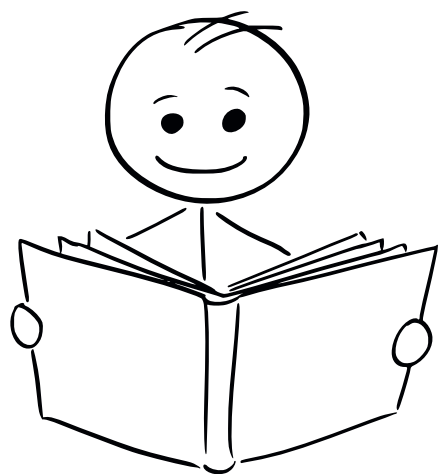


4. Como a intolerância religiosa é reproduzida na escola?

A escola, como extensão e parte da sociedade mais ampla, é composta pela diversidade de crenças e, junto a isso, pela existência de preconceito, racismo e intolerância religiosa [8]. Tais questões aparecem tanto no nível das relações interpessoais entre professores, alunos, gestão etc., como de maneira institucional, como a existência de materiais didáticos e o currículo escolar elaborados com base em valores cristãos [15].

A intolerância religiosa também se manifesta em situações como: ocasiões com pouca ou nenhuma flexibilidade por parte de professores e gestão em relação a datas comemorativas e rituais específicos da religião; discriminação contra estudantes e profissionais membros de religiões de matrizes africanas; atos de bullying religioso entre alunos, como comentários maldosos e apelidos depreciativos (e.g. “demônio”); esses atos são agravados quando professores e gestão se silenciam e optam por não fazer nada [8] [3] [15] [16].

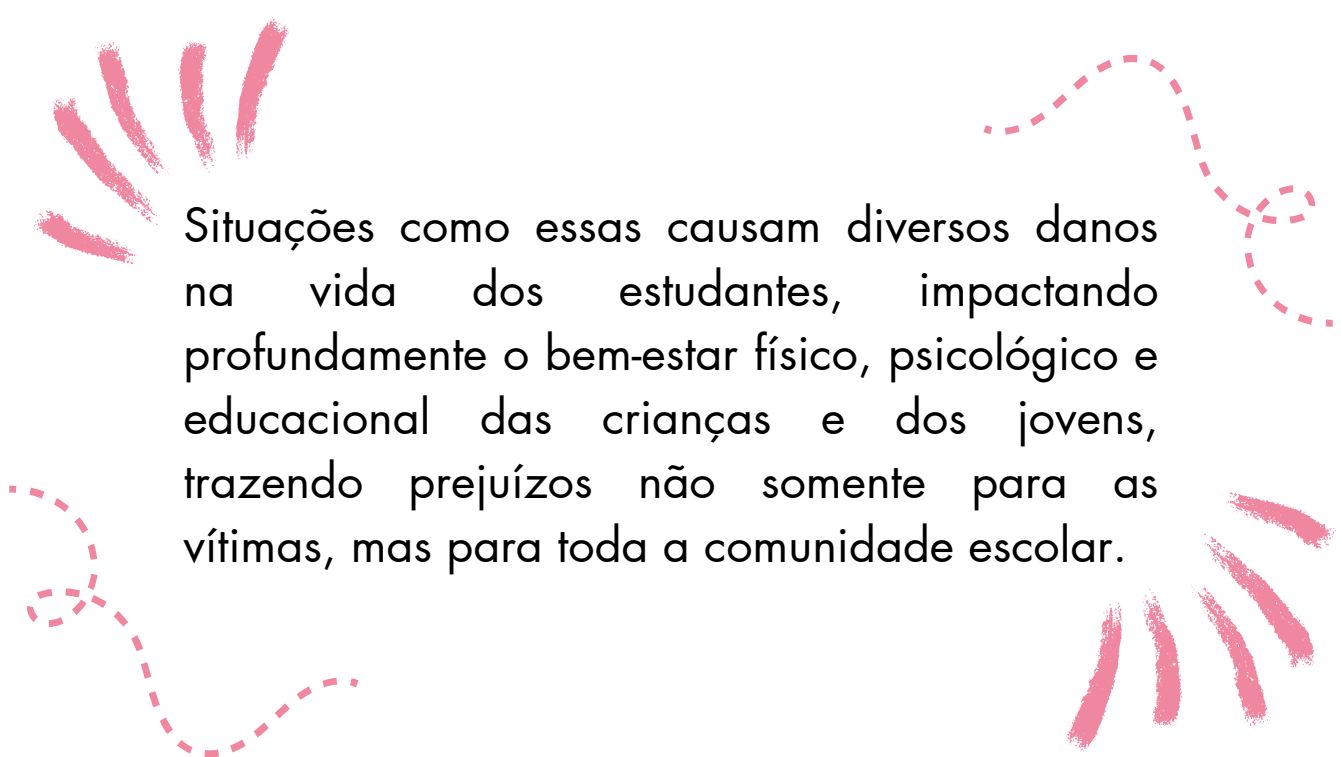
Esse fenômeno social, em suas diferentes formas de expressão, tem sido considerado uma violência comum no cotidiano escolar e o seu enfrentamento requer um olhar voltado para a garantia do direito à manifestação religiosa de cada aluno e professor [3].



Com o objetivo de combater a falta de conhecimento, a discriminação e a intolerância contra a cultura afro-brasileira, inclusive as religiões, instituiu-se a Lei 3459/2000, que define a introdução do ensino religioso obrigatório e confessional nas escolas, com professores vinculados a uma determinada religião e uma oferta de turmas de acordo com a variedade de religiões do corpo estudantil. No entanto, na prática observa-se maior presença de professores católicos, difundindo majoritariamente os valores cristãos, considerados “universais”, em prejuízo das demais tradições religiosas [3] [16].

Existe também a Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do estudo da história e da cultura afro-brasileira no ensino fundamental e médio, de modo transversal. As instituições escolares devem promover ações formativas e propositivas no enfrentamento à intolerância. No entanto, assim como a Lei 3459/2000, muitas escolas e professores não adaptam o seu ensino para acolher tais tópicos [3] [16].

Assim, observa-se que, apesar de a escola ser um espaço ideal para construção de conhecimentos, socialização e formação de cidadãos mais tolerantes e respeitosos, ela ainda está repleta de manifestações implícitas e explícitas de intolerância religiosa que afetam diretamente os alunos, os professores e o contexto social da comunidade como um todo.



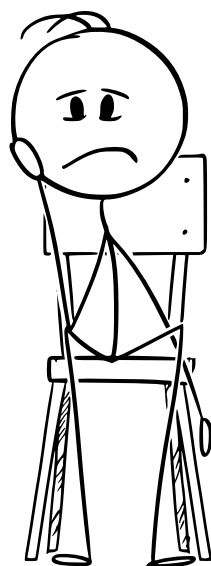
Situações como essas causam diversos danos na vida dos estudantes, impactando profundamente o bem-estar físico, psicológico e educacional das crianças e dos jovens, trazendo prejuízos não somente para as vítimas, mas para toda a comunidade escolar.

5. Quais os impactos da intolerância religiosa?

Os impactos da intolerância religiosa se estendem desde aspectos da vida privada até contextos mais amplos, como impactos sobre comunidades inteiras. Um dos exemplos mais explícitos são os atos de violência física e/ou verbal que podem levar a lesões físicas e impactos na saúde mental das vítimas [1].

A perpetuação de estereótipos e preconceitos relacionados à raça, gênero e classe social dos adeptos também impacta a vida social das pessoas [17] dificulta, por exemplo, que membros do candomblé ou umbanda consigam ser contratados para uma vaga de emprego.

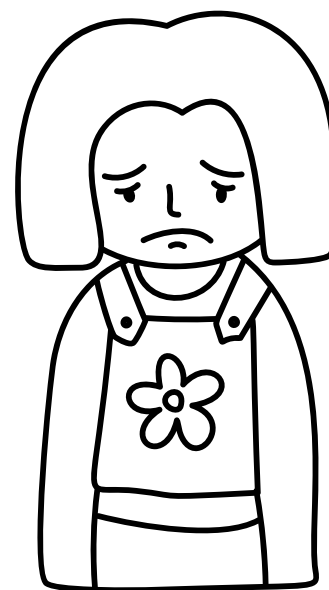
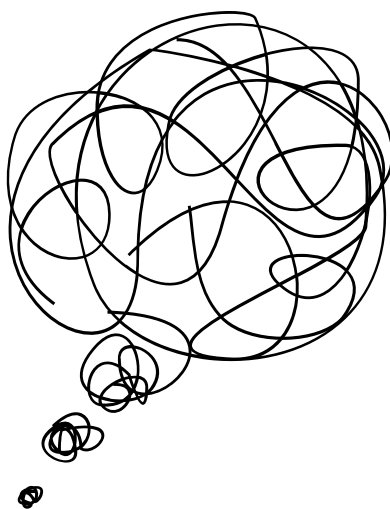
No contexto escolar, a situação torna-se ainda mais grave, visto que a escola é um ambiente de sociabilidade e, assim como a casa, a comunidade e os espaços religiosos, é um importante espaço de construção da identidade das crianças. Portanto, a intolerância e o não reconhecimento, por parte dos professores e da direção, das práticas, dos rituais e das datas importantes, além de dificultar a vida escolar dos alunos, pode impactar na saúde mental dos estudantes, aumentando sintomas de angústia, ansiedade e depressão [17] [19].



Na pesquisa realizada por Sousa [19], a autora relata que encontrou alto número de faltas, reprovações e evasões movidas por tal processo de exclusão sofrido por crianças de religiões de matriz africana. A autora explica que as utilizações de símbolos relacionados à religião fazem parte dos rituais dessas crianças e contribuem para a formação da sua identidade. No entanto, na escola, elas sofrem bullying e/ou são proibidas de utilizar seus adereços. Essas experiências dolorosas contribuem para diminuir a autoestima e inibir o pleno desenvolvimento das crianças.

PRINCIPAIS IMPACTOS

- ✦ Reprovações
- ✦ Mau desempenho escolar
- ✦ Ansiedade
- ✦ Depressão
- ✦ Problemas de saúde



6. A função da escola no combate à intolerância religiosa?

Se, por um lado, a escola reproduz os preconceitos presentes na sociedade, por outro, ela pode ser o lugar no qual transformações podem emergir. A escola tem a função de promover um ensino capaz de desconstruir visões errôneas e preconceituosas sobre as diferentes religiões.

O ensino religioso alinhado ao conhecimento científico, em detrimento do proselitismo religioso, pode ajudar a construir ideais de cidadania, tolerância e respeito à diversidade cultural e religiosa, que podem ser forças contrárias às ideias amplamente disseminadas de que há apenas uma religião legítima. A escola é o espaço propício para a construção de conhecimentos que ampliem as visões de mundo, reforcem o respeito à diversidade e a valorização das diferentes identidades para, desse modo, possibilitar a formação de pessoas livres de preconceitos [20].

Sendo a escola um espaço que congrega a multiculturalidade, ela não pode se restringir a abordar apenas uma religião ou um segmento religioso. De modo que, em conformidade com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) – Lei 13.146/2015, o Estatuto da Igualdade Racial (EIR) – Lei 12.288/2010, a Lei 10.639/2003 e a Lei 11.645/08, a escola deve incluir no conteúdo programático informações sobre a cultura e a história de povos afro-brasileiros, africanos e indígenas.

É importante salientar que a inclusão de conteúdos da história dos afro-brasileiros e africanos na grade escolar não impede que essa prática seja carregada de estereótipos e preconceitos, caso os docentes ainda carreguem crenças preconceituosas? sobre as diferentes religiões ou empreendem práticas discriminatórias. Se empregadas de forma inadequada, essas discussões podem ser usadas apenas para confirmar crenças discriminatórias. A escola deve, então, preparar os professores para a discussão sobre diversidade religiosa, uma vez que no cenário brasileiro a intolerância religiosa está associada ao racismo e às formas camufladas em que ele se apresenta [1].

A preparação e a instrumentalização dos professores acerca da temática do racismo e da intolerância religiosa, em uma abordagem que os faça compreender as formas nas quais as desigualdades sociais e étnico-raciais se associam e foram normalizadas, podem colaborar para a efetiva ação de um ensino que combata a intolerância [6] [21].

Para efetivar as práticas pedagógicas, além de investir na formação dos professores, é preciso oferecer subsídios para seu trabalho. Assim, é importante selecionar os materiais didáticos, observando os conteúdos que possam promover os conhecimentos adequados sobre as diferentes religiões e o não reforçamento de estereótipos negativos.

Ainda, a escola precisa empreender ações contrárias a qualquer forma de intolerância religiosa. Para tal, precisa não apenas reorganizar as bases para um ensino religioso que promova a diversidade e instrua os professores, mas também assumir o compromisso de acolher as denúncias de casos de intolerância religiosa na escola e estabelecer um protocolo de ação diante deles, garantindo um ambiente seguro para os estudantes pertencentes a religiões comumente marginalizadas e reforçando seu posicionamento enquanto um ambiente de tolerância.

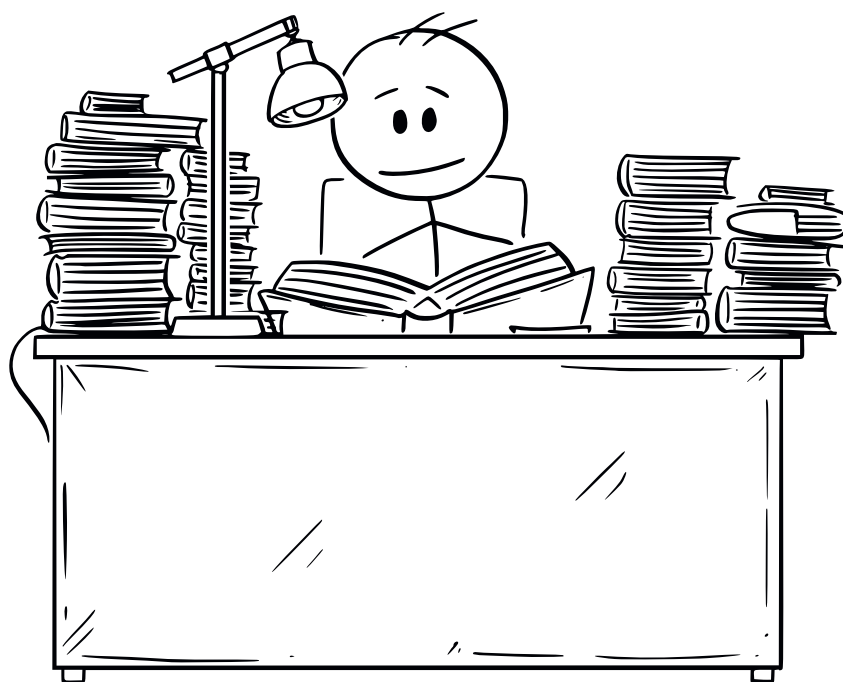
A escola também precisa respeitar datas comemorativas e feriados religiosos. Muitos alunos enfrentam dificuldades relacionadas ao calendário de provas e trabalhos, porque precisam se ausentar em função da sua religião [16]. Desde 2019, a Lei 13.796 permite faltar aulas ou provas por motivos religiosos. Assim, o calendário escolar deve ser um fator de acolhimento à diversidade, para que as práticas religiosas dos estudantes sejam respeitadas. É necessário, ainda, que se pense a respeito de quais datas são importantes dentro das diferentes culturas e religiões, para além do cristianismo, que já se insere como calendário oficial.



7. O papel do(a) professor(a)

Os professores são agentes essenciais no combate da intolerância religiosa. Eles estão em contato direto com os estudantes e são responsáveis pela maneira como os conhecimentos são trabalhados em sala de aula. No entanto, questões, como falta de formação e de materiais de apoio e a própria cultura de intolerância na qual também estão inseridos, são alguns dos entraves para que suas práticas sejam efetivamente promotoras do respeito à diversidade religiosa. Por isso, a atuação dos professores no combate da intolerância começa pelo questionamento das próprias crenças atribuídas às religiões, em um processo que envolve não só ensinar, mas também aprender.

A literatura científica afirma que a educação sobre o preconceito, a desmistificação acerca das religiões e a criação de uma conexão segura entre o corpo docente são essenciais no combate ao racismo religioso. A seguir, apontamos algumas possibilidades de como os professores podem combater a intolerâncias religiosa em suas práticas:

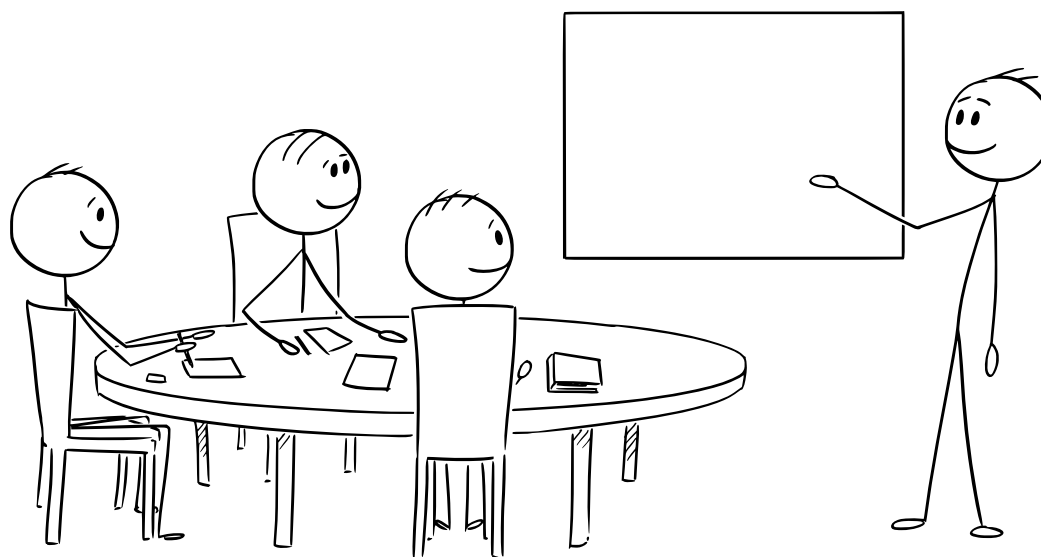


✦ Promover reflexões sobre o preconceito:

É necessário envolver os alunos em discussões sobre a questão religiosa, permitindo que apresentem como ela se manifesta no contexto escolar. A questão racial, dentre elas a religiosa, não pode aparecer apenas de modo conteudista, ou seja, como um conteúdo fechado apresentado em sala de aula, mas sim de modo reflexivo, por meio do qual alunos e professores possam pensar como a estigmatização da herança afro-brasileira tem influência em seus julgamentos religiosos [10].

O debate sobre o racismo religioso deve ser inserido de modo mais profundo, diferente da abordagem pontual. Uma possível alternativa é colocar esse tema no planejamento de disciplinas que geralmente não o abordam, como língua portuguesa, matemática, ciências, educação física, arte. Tendo em vista as visões negativas sobre as heranças culturais afro-brasileiras, trabalhar com literatura, jogos e artes africanas, por exemplo, é uma maneira prática de incentivar uma nova forma de enxergar as tradições vinculadas às religiões de matriz africana.

No trabalho de Kunz et al. [22], por exemplo, é possível ver como uma aula de educação física com Jongo, uma dança com elementos semelhantes aos usados na kimbanda, é capaz de desmistificar algumas formas de manifestação religiosa, bem como criar uma reflexão sobre os preconceitos enraizados. De modo semelhante, é importante envolver todo o corpo docente, utilizando diversos elementos e dinâmicas, na promoção de ações sobre o racismo religioso.



✦ Desmistificar outras religiões:

Falar sobre preconceito religioso é um bom primeiro passo, mas pesquisas anteriores e ações do Observatório de Preconceitos nas Escolas de Sergipe (OPPES) mostram que as intervenções acerca do racismo religioso podem receber muita resistência. Como citado anteriormente, ter uma visão de mundo religiosa muito forte pode levar a um sentimento de ameaça diante de cosmovisões opostas [4]. Partindo dessa interpretação, uma maneira de combater o preconceito entre as religiões seria apresentando suas semelhanças e desmistificando suas diferenças.

A utilização de materiais que apresentem a história de África, do racismo e das influências da religiosidade africana é um ponto de partida no contexto brasileiro, no qual as religiões de matriz africana são as que mais enfrentam preconceito. Em tese, a Lei no 10.639/03 deveria garantir isso, mas a análise de trabalhos produzidos no país mostra que isso não ocorre na prática. Como solução, professores podem buscar trabalhar com materiais complementares a fim de inserir esses assuntos.

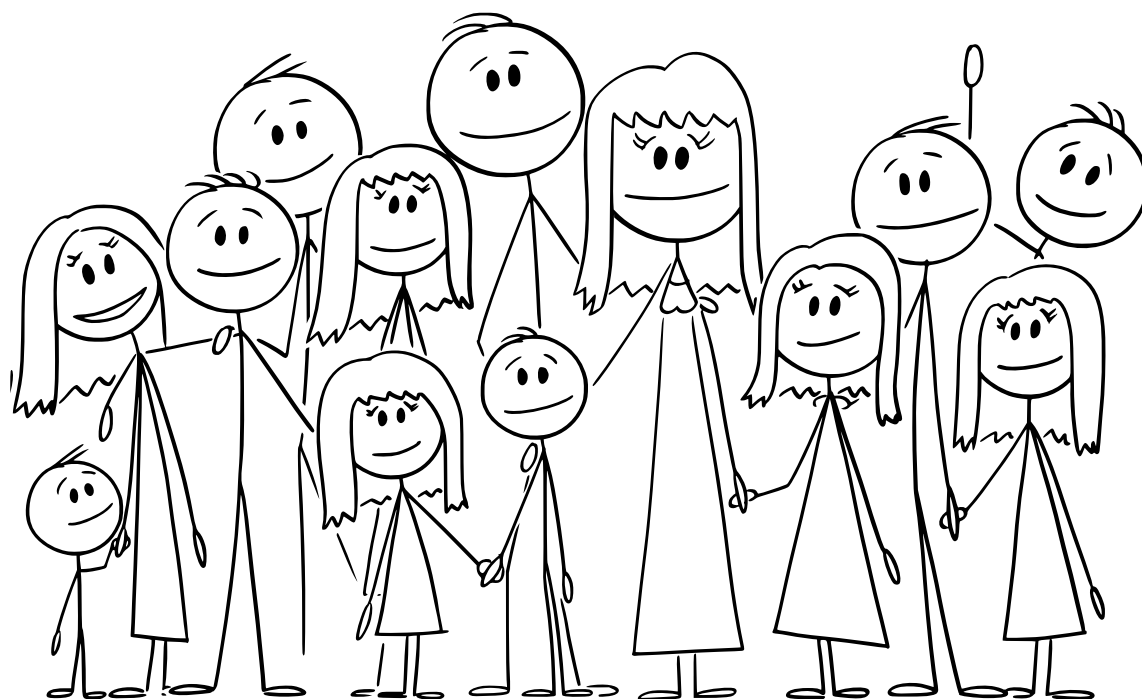
Quanto à abordagem, os educadores podem utilizar a educação ou o treinamento metacognitivo (MTC). Na abordagem educacional, as informações sobre as visões de mundo religiosas são passadas do modo tradicional. Já na abordagem metacognitiva utiliza-se o estilo “socrático”, por meio de perguntas que parecem fáceis, cujo erro funciona como um desafio às noções muito fortes. Como exemplo, podem ser feitas perguntas sobre versículos de livros sagrados ou ensinamentos religiosos que possuem semelhanças, levando os alunos a perceberem que algumas religiões são mais parecidas do que imaginavam. Apesar de serem ambas igualmente eficazes, a estratégia metacognitiva alcança uma maior adesão, além de ser uma opção mais divertida [23].

Cabe ressaltar que existe uma forte estigmatização da umbanda, do candomblé e das demais religiões de matriz africana no imaginário popular. Essas religiões são frequentemente definidas por pessoas de outras crenças a partir de aspectos negativos, como apontar maldade e definir como “coisa do Diabo”. Desse modo, as intervenções educativas e metacognitivas objetivam a descategorização, ou seja, que os indivíduos tirem grupos alheios de certas categorias negativas, e a recategorização, ou seja, que os indivíduos agrupam as pessoas as quais viam como diferentes como um membro de um grupo comum.

✦ Criação de uma conexão segura entre alunos e educadores:

Como citado anteriormente, em alguns casos, os alunos podem não sentir confiança para relatar casos de preconceito mesmo no ambiente escolar. Alguns trabalhos relatam a resistência e a intolerância de alguns educadores diante das questões religiosas, o que pode justificar o receio de alguns estudantes em falar abertamente sobre casos de preconceito. De fato, as próprias intervenções citadas acima auxiliam na resolução dessa realidade, uma vez que, ao dar espaço para falar sobre preconceito e várias religiões, o professor mostra disposição para acolher as demandas dos alunos.

Entretanto, outros fatores também podem contribuir para a criação de um ambiente de acolhimento e respeito aos alunos praticantes de religiões de matriz africana, como o próprio processo de identificação com o professor. O estudo de Quintana [16] mostra como a vivência religiosa do professor deixa alguns alunos de religiões semelhantes mais confortáveis para relatar discriminações ou dificuldades em conciliar a vivência escolar e religiosa. A questão é que, assim como os alunos, os professores participantes da umbanda, candomblé e outras crenças também são desencorajados a usarem suas guias ou roupas com imagens de seus santos, coisa que não ocorre no caso dos católicos ou evangélicos. Portanto, uma intervenção que promova o respeito a todas as religiosidades não pode restringir-se apenas à sala de aula, mas atuar também nas relações de toda a comunidade escolar.



8. O papel da gestão escolar

A gestão escolar desempenha um papel crucial no combate da intolerância religiosa. Seu papel inclui articular ações de diagnóstico e enfrentamento dos preconceitos. Reunimos alguns apontamentos que podem servir de base para ações nesse sentido:

Acolher e tomar medidas efetivas diante de casos de intolerância religiosa:

A gestão escolar pode criar um protocolo de como agir frente a esses casos, traçando estratégias para acolher as vítimas, o que pode ser feito em parceria com outros dispositivos disponíveis na localidade em que a escola está inserida, bem como pensar ações educativas para os perpetradores.

Promover discussões sobre intolerância religiosa nos momentos de formação de professores:

É possível que muitos professores nunca tenham tido acesso a discussões sobre diversidade religiosa ao longo de sua formação. Assim, uma possibilidade é criar espaços em que o tema seja discutido na própria escola. Cursos de curta duração, oficinas de capacitação, palestras e momentos formativos podem ser algumas das possibilidades.

Selecionar materiais que apoiem a diversidade e não reforcem estereótipos negativos sobre determinadas religiões:

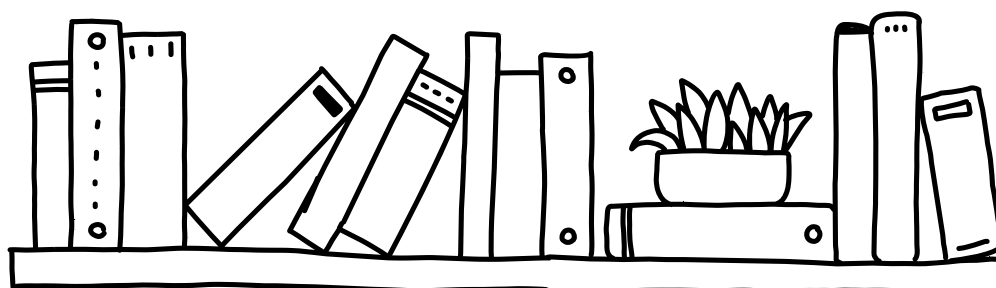
Não é possível combater a intolerância religiosa utilizando materiais que fazem o contrário. Assim, o cuidado com as representações dos diferentes grupos religiosos nos livros, por exemplo, é fundamental.

Criar um calendário que respeite a diversidade religiosa:

Quando a escola segue apenas o calendário cristão, que já está estabelecido, silencia outras possibilidades de manifestação religiosa. Assim, conhecer, falar sobre e respeitar os marcos importantes de outras religiões é uma maneira de promover o respeito e a valorização da diversidade religiosa.

Construir estratégias de adequação do uniforme às expressões religiosas dos estudantes:

Muitos estudantes sofrem por não poderem se expressar de acordo com suas crenças ao terem que seguir um código de vestimenta escolar que não acolhe essa necessidade. Assim, atentar-se ao modo como o uniforme pode ser repensado de modo que acolha também a identidade religiosa dos estudantes é uma importante estratégia.



9. O papel da família

A família e a escola são as duas instituições nas quais as crianças e os adolescentes passam mais tempo. Nesse sentido, elas desempenham um papel fundamental na formação das crenças e das identidades. A família é o primeiro agente de socialização com o qual a criança tem contato, é no contexto de convívio com a família que a criança aprende aspectos básicos da convivência e, a partir dos ensinamentos e observação do ambiente, ela vai construindo suas crenças [25].

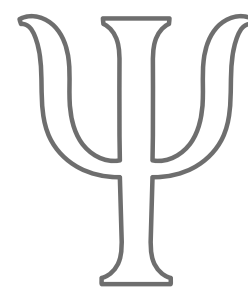
Considerando que as crianças assimilam crenças, valores e hábitos difundidos no meio adulto, é possível pensar que as atitudes de intolerância religiosa refletem a transmissão cultural do contexto social em que ocorre o desenvolvimento infantil. As crianças e os adolescentes pertencem a diferentes grupos sociais, como gênero, raça, classe e religião, entre outros. Dependendo de seu pertencimento, eles podem desenvolver atitudes discriminatórias ou ter sua autoestima negativamente afetada por pertencer a um grupo discriminado [26]. Nesse sentido, é crucial que as famílias fomentem a tolerância e o respeito à diversidade a fim que crianças e adolescentes estejam preparados para conviver em sociedade de maneira respeitosa.

Existem algumas ações que podem ser empreendidas pela família para combater a intolerância religiosa. Listamos algumas delas a seguir:

- **Comunicação sobre a importância do respeito às diferentes crenças:** Envolver-se em conversas com as crianças e os adolescentes sobre a existência da diversidade religiosa, reforçando a necessidade de respeitar suas diferentes manifestações.
- **Desconstrução de preconceitos:** Incentivar e buscar junto com as crianças e os adolescentes informações precisas e dados verdadeiros sobre as religiões e as práticas religiosas.

- **Sensibilização para a tolerância:** Reforçar a ideia de que é possível que diferentes crenças coexistam, sem hierarquias ou disputas por uma verdade única.
- **Criação de espaços de debate e convivência:** Levar as crianças e os adolescentes a espaços que possibilitem o diálogo inter-religioso, incentivar conversas sobre a diversidade religiosa e a convivência entre pessoas de diferentes religiões.
- **Participação ativa no ambiente escolar:** Acompanhar as atividades escolares dos filhos, participar das reuniões e contribuir com atividades realizadas em casa são fundamentais para reconhecer quando e como a diversidade religiosa está sendo trabalhada.
- **Observação de comportamentos de bullying ou discriminação religiosa:** Atentar-se aos comportamentos de bullying ou discriminação religiosa, incluindo atos que possam parecer "brincadeira".
- **Orientar sobre como agir em situações de intolerância religiosa:** Ensinar as crianças e os adolescentes a identificar, intervir ou relatar tais comportamentos.
- **Monitoramento das redes sociais:** Atentar-se aos conteúdos que as crianças e os adolescentes acessam nas redes sociais, verificando se eles incentivam a intolerância religiosa. Além disso, discutir estratégias para filtrar informações confiáveis e respeitadas pode ajudar na formação de uma visão crítica sobre o que é consumido online.

10. O papel da Psicologia Escolar



A psicologia escolar desempenha um papel essencial no enfrentamento da intolerância religiosa, pois, além de compreender e identificar sua expressão, a psicologia possui ferramentas para atuar no enfrentamento desse preconceito. Na prática, a psicologia pode atuar promovendo o desenvolvimento da empatia, da tolerância e do respeito à diversidade, promovendo o diálogo inter-religioso e a construção de uma escola mais inclusiva e respeitosa, contribuindo, assim, para a desconstrução de estereótipos, a promoção do bem-estar coletivo e a redução dos impactos negativos da intolerância na saúde mental das vítimas e na harmonia escolar.

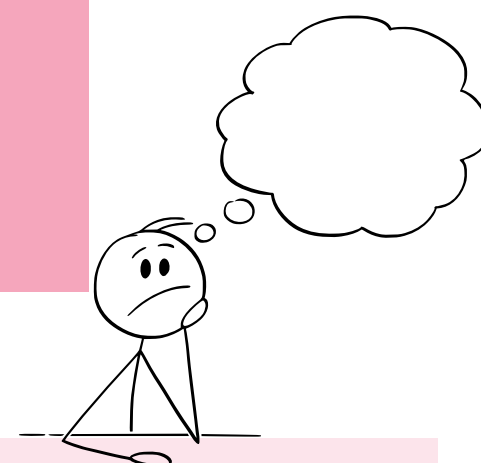
O profissional da psicologia deve atuar com toda a comunidade escolar, realizando ações contínuas que envolvam alunos, professores, gestores, pais e demais membros da comunidade escolar, adotando diversas estratégias, tais como:

- ➔ Organizar palestras, cine-debates, rodas de conversa, projetos e outras atividades com o objetivo de desmistificar questões relacionadas à religiosidade e suas diferentes formas de expressão. Essas atividades podem incluir apresentações de especialistas no tema, discussões em grupo facilitadas por profissionais capacitados, exibição de filmes e documentários seguidas de debates, além de oficinas interativas que promovam a compreensão e o respeito pela diversidade.
- ➔ Acolher e promover espaços de escuta às vítimas de intolerância religiosa.

-  Desenvolver propostas de treinamento/capacitação/formação para que funcionários e docentes adquiram habilidades para reconhecer casos de intolerância religiosa no cotidiano escolar e busquem soluções adequadas para cada situação.
-  Disponibilizar materiais informativos sobre a intolerância religiosa e os membros da comunidade das diferentes religiões, abordando as particularidades de cada uma delas.
-  Colaborar na criação e na implementação de políticas contra a discriminação de qualquer natureza junto à gestão escolar, de maneira a estabelecer procedimentos para lidar com episódios de intolerância religiosa, definindo como deve ocorrer o acolhimento dos estudantes que são alvo da violência e as medidas educativas para os perpetradores, visando não só a consequência do comportamento, mas também a conscientização sobre suas ações.
-  Realizar ações diagnósticas e pós-diagnósticas sobre a expressão do preconceito nas escolas e a efetividade das ações realizadas para o seu combate.

Por meio do trabalho de psicólogos escolares, é possível promover o diálogo sobre diversidade religiosa e estimular o pensamento crítico dos estudantes, ajudando-os a romper com preconceitos e estereótipos. Além disso, a presença da psicologia na escola pode auxiliar na identificação e no acolhimento de estudantes que estão sofrendo preconceito e discriminação, oferecendo suporte emocional e estratégias para a resolução desses conflitos. Ao colaborar com educadores, alunos e famílias, os psicólogos escolares transformam vidas e contribuem para melhorar a vida de toda a comunidade escolar. Dessa forma, a atuação da psicologia fortalece a cultura de paz e incentiva uma convivência escolar mais inclusiva e harmoniosa.

11. Uma situação de intolerância ocorreu na minha escola. Como posso lidar com isso?



Lidar com situações de preconceito costuma ser um desafio para muitos professores e demais membros da escola. Ocorrências de discriminação não devem ser ignoradas e é nosso papel agir diante delas. Abaixo reunimos dez orientações sobre o que fazer diante desses episódios.

1) Ouvir os envolvidos e acolher as vítimas

- ➔ A primeira ação a ser tomada é escutar separadamente os envolvidos na situação, as possíveis vítimas, os agressores e as testemunhas:
- ✦ Diante de uma experiência de discriminação, é primordial fornecer escuta, acolhimento e apoio às vítimas da agressão. Procure proteger a vítima e demonstrar apoio e empatia frente ao sofrimento atrelado a essa situação, para que ela se sinta protegida e segura e possa expressar seus sentimentos sem medo de retaliação e julgamento. É importante que essa escuta seja em um lugar calmo e privado que ofereça sigilo e segurança para a vítima. Mesmo que o episódio de discriminação não tenha sido presenciado por você é importante chamar os envolvidos, demonstrar interesse em ouvi-los e acolher a vítima.

- ✦ É fundamental conversar com os agressores. Ouvir os agressores é importante para compreender a raiz do problema e conscientizá-los sobre os danos causados pelo seu comportamento, bem como para adotar medidas educativas a fim de prevenir ocorrências futuras de violência. É importante que fique claro para eles o posicionamento da escola frente às situações de discriminação, a gravidade de comportamentos como esses e as consequências previstas.
- ✦ Além de acolher as vítimas e ouvir os agressores, é necessário um olhar cuidadoso para as testemunhas da violência, que podem ter sido impactadas emocionalmente e podem esconder informações por temer retaliações ou serem as próximas vítimas. Portanto, é necessário oferecer um ambiente de escuta que transmita confiança e que garanta que medidas serão tomadas sem que estes sofram retaliações.

2) Fazer registros

- ➔ Documente detalhadamente o que ocorreu, incluindo data, local, nomes dos envolvidos e uma descrição do que aconteceu. Esses registros são importantes para garantir que a situação seja tratada com seriedade e podem ser usados como base para ações posteriores e desdobramento dos casos em outras instâncias. No caso de agressores, é importante que essas informações estejam presentes também na ficha dos estudantes, pois é possível acessá-las em casos de manutenção do comportamento preconceituoso. No anexo 1, fornecemos um modelo útil para registrar ocorrências de preconceito na escola.

3) Informar à gestão escolar

- ➔ Leve o caso ao conhecimento da direção ou da coordenação da escola. A gestão escolar deve estar ciente do ocorrido para que possa tomar as medidas administrativas necessárias, garantindo que a situação seja abordada de forma oficial e responsável.

4) Conversar com pais ou responsáveis

- ➔ É importante também envolver os pais ou responsáveis dos alunos envolvidos. Um diálogo com as famílias pode ajudar a garantir que o problema seja compreendido e trabalhado em diferentes ambientes, incluindo escola e famílias. Todavia, antes de levar o caso para os pais ou responsáveis, é recomendado contatar primeiramente a coordenação, ou outros setores pedagógicos que possam dar segurança de como essa ação será recebida no contexto familiar a fim de não gerar ainda mais riscos, problemas ou conflitos para a vítima.

5) Promover medidas educativas

- ➔ Junto com a gestão escolar, determine as medidas educativas apropriadas para quem praticou o preconceito. Essas medidas não podem ter um caráter apenas punitivista, pois, muitas vezes, a punição não leva o aluno a entender por qual motivo foi punido e qual a gravidade de suas ações. Inserir esses alunos em atividades educativas que promovam reflexões sobre preconceito, diversidade e diferenças pode ser mais positivo.

6) Realizar ações sobre diversidade e preconceito

- ➔ Além das ações imediatas, é fundamental promover discussões e reflexões sobre preconceito com toda a comunidade escolar. Organize rodas de conversa, palestras ou atividades que conscientizem sobre o impacto negativo do preconceito e incentivem o respeito à diversidade, principalmente entre os alunos.

7) Desenvolver projetos contínuos na escola

- ➔ Ações para lidar com o preconceito não devem ser realizadas apenas em momentos pontuais, quando ocorrem episódios de discriminação ou apenas em datas comemorativas. É muito importante que projetos contínuos possam ser desenvolvidos durante todo o ano e sejam incluídos no projeto político pedagógico da escola.

8) Criar uma agenda de reuniões e trabalho na escola

➔ É fundamental criar uma agenda de reuniões, grupos de trabalho e comissões entre os profissionais da escola para organizar o trabalho contínuo de controle e prevenção do preconceito, dos conflitos e das violências. Essa agenda de reuniões e de trabalho deve envolver a colaboração de profissionais de outras áreas, como psicólogos e assistentes sociais, que podem contribuir significativamente no enfrentamento das violências nas escolas.

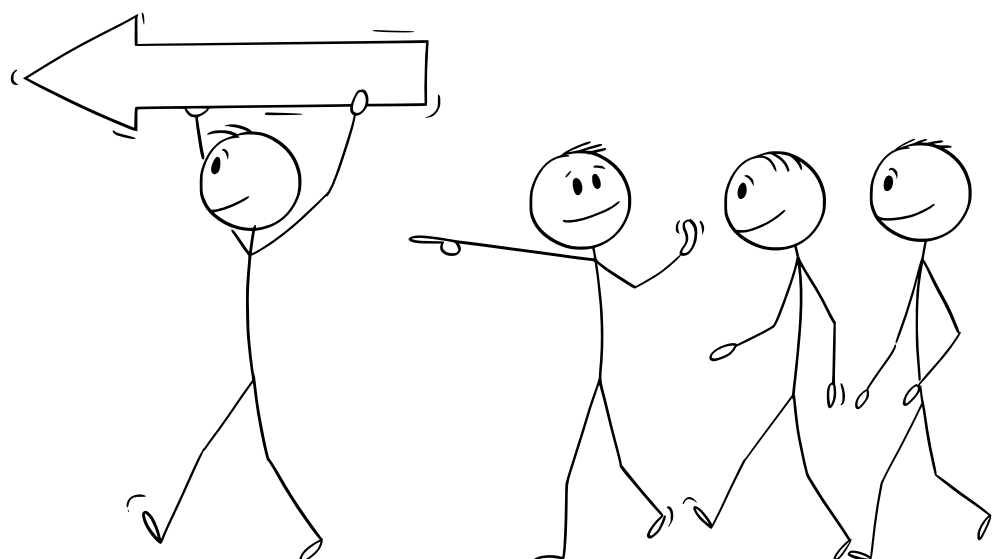
Incluir estudantes nessa agenda de trabalho, para que recebam informações e disseminem ideias, pode ajudar a tornar as ações ainda mais eficazes.

9) Acompanhar os alunos ao longo do tempo

➔ É importante continuar acompanhando os alunos envolvidos, mesmo após a resolução de uma situação específica de discriminação, e avaliar se os mesmos precisarão ser encaminhados para outros profissionais, como psicólogos clínicos. O acompanhamento contínuo demonstra aos estudantes que a escola se preocupa com o bem-estar de todos.

10) Buscar mais informações e apoio institucional

➔ Pode ser difícil lidar com o preconceito quando não nos sentimos preparados ou não sabemos a quem recorrer. Por isso, buscar mais informações sobre esse tema é um passo importante. Existem livros, cursos, podcasts e muitos outros conteúdos de livre acesso que podem nos ajudar nessa tarefa. Também é fundamental acionar a escola, a rede de ensino e a secretaria de educação para buscar apoio institucional e solicitar o fornecimento de formação continuada adequada para o combate dessa violência.



12. Como combater a intolerância religiosa na escola: intervenções e indicações materiais

?

Diferentes estratégias e intervenções podem ser adotadas no combate da intolerância religiosa. Essas estratégias incluem ações como rodas de conversas, palestras, oficinas, projetos contínuos, uso de literatura infantojuvenil e materiais audiovisuais.

Rodas de conversas

As rodas de conversas podem contribuir para o combate à intolerância religiosa, pois promovem espaços de diálogos e reflexões que ajudam a sensibilizar os estudantes sobre o tema. Diversidade, respeito às diferenças, inclusão, direitos humanos, religiosidade, preconceito, racismo e as consequências da intolerância religiosa podem ser alguns dos temas utilizados para guiar essas discussões. Encontros como esses permitem transmitir informações, promover a troca de experiências e sensibilizar os estudantes sobre a importância da diversidade e das diferenças.

Palestras

As palestras também podem ser utilizadas no combate à intolerância religiosa. Esse tipo de evento oferece um espaço para que os estudantes e a equipe escolar obtenham informações de especialistas que ajudem a entender o tema de forma adequada. Além disso, essas ocasiões permitem que os estudantes façam perguntas e tirem dúvidas, criando um ambiente de aprendizado e diálogo.

Projetos contínuos

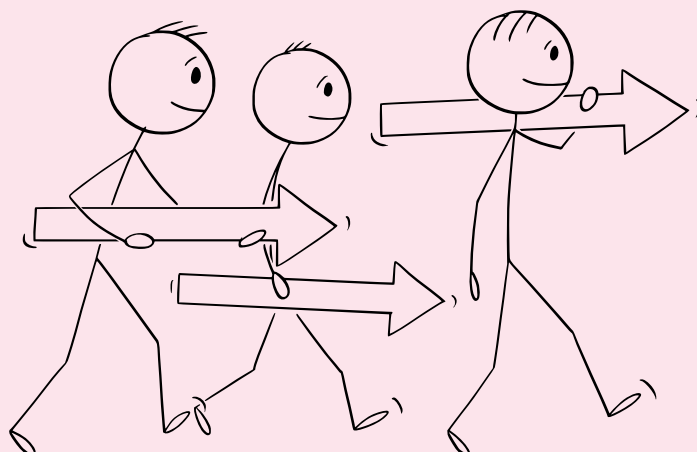
Projetos contínuos possibilitam que o combate à intolerância religiosa seja constante e permanente, criando um ambiente em que essas discussões se tornem parte da rotina escolar. Esses projetos podem ser desenvolvidos de várias formas, incluindo oficinas, espaços de diálogos, cine-debates, atividades culturais, clubes de leitura com livros, campanhas de conscientização, implementação de normas de convivência e de respeito, entre outros. Ações contínuas nas escolas mobilizam e sensibilizam os estudantes durante todo o ano escolar e, conseqüentemente, produzem efeitos mais duradouros no combate à intolerância religiosa.

Oficinas

Oficinas são atividades que também colaboram no enfrentamento à intolerância religiosa nas escolas. Atividades como: pesquisas no laboratório de informática sobre variados temas que envolvam a diversidade religiosa; realização de cine-debates, em que os alunos assistem a vídeos e têm a oportunidade de dialogar sobre o tema; oficinas de teatro, arte, música e literatura com o tema da diversidade religiosa. Todas essas iniciativas visam criar um ambiente escolar mais respeitoso e de valorização da diversidade, fortalecendo a luta contra a intolerância religiosa.

O OPPEs já realizou uma oficina voltada para o combate da intolerância religiosa. A oficina foi dividida em dois momentos: no primeiro, os estudantes eram separados aleatoriamente em quatro grupos. Para cada grupo, foi disponibilizado um material com informações sobre quatro grupos religiosos presentes sociedade brasileira e dados sobre a intolerância religiosa no Brasil. Cada grupo fez a leitura sobre uma das quatro religiões (catolicismo, evangelismo, espiritismo e religiões de matriz africana). Após a leitura, cada grupo ficou responsável por apresentar para toda a turma as informações presente no material. O segundo momento foi o diálogo, mediado pela equipe do OPPEs. Nesse momento, a equipe ressaltava a importância das diversas religiões que compõem a sociedade brasileira e do combate da intolerância religiosa, utilizando infográficos e vídeos para explicar e desmistificar o preconceito e os estereótipos.

O OPPEs também tem publicado uma cartilha intitulada "Identidade religiosa: uma cartilha sobre diversidade religiosa e tolerância" que pode contribuir para a disseminação do conhecimento e combate à intolerância religiosa.



Literatura infantojuvenil e materiais audiovisuais

A literatura infantojuvenil e os materiais audiovisuais são ferramentas poderosas no combate à intolerância religiosa e podem ser úteis para guiar debates, diálogos e projetos na escola sobre o tema. Seguem algumas indicações:

Documentários

★ **Axé – Canto do Povo de um Lugar (2016)**

Resumo: disponível na netflix, o público é convidado a explorar as origens africanas de um dos movimentos musicais mais famosos do país. Nele, o público percebe como o sincretismo religioso e cultural do povo baiano se misturou em fé, ritmo e símbolo de luta.

- Faixa etária: 12 anos e acima

★ **Curta-metragem “Do meu lado” (2019)**

Resumo: disponível no youtube ele retrata o cotidiano de duas vizinhas, uma umbandista e uma protestante, suas vidas começam a se cruzar quando uma infiltração abre um buraco na parede que divide suas casas

- Faixa etária: livre

★ **Preto Velho na lagoinha (2016)**

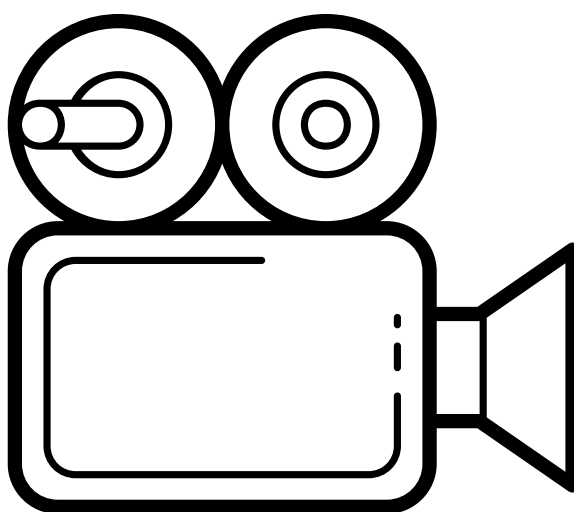
Resumo: o documentário acompanha os ritos e preparativos da celebração do Dia do Preto Velho, uma das mais importantes festas da Umbanda no Brasil.

- Faixa etária: 10 anos acima

★ **Akará – No Fogo da Intolerância (2020)**

Resumo: o documentário mostra um pouco do cenário de intolerância religiosa no país a partir do resgate da importância da culinária para as religiões de matriz africana, com destaque para o acarajé - comida típica baiana, que tem sido alvo de tentativas de descaracterização ao longo dos últimos anos.

- Faixa etária: livre



Literatura infantojuvenil, para jovens e adultos

★ **Umbanda Religião Brasileira: Guia para leigos e iniciantes (Flávia Pinto, 2014)**

- Resumo: com o objetivo de combater o preconceito, este livro trata sobre o surgimento e a prática da Umbanda no País. Neste guia, é possível encontrar informações para sanar a curiosidade sobre alguns pontos da religião e quebrar os preconceitos internos diante das manifestações religiosas
- Faixa etária: 12 anos e acima

★ **Intolerância religiosa (Sidney Nogueira, 2020)**

- Resumo: o babalorixá Sidnei Nogueira apresenta um histórico da intolerância religiosa no Brasil. Explica o que é a intolerância religiosa, como se manifesta e suas especificidades no contexto brasileiro
- Faixa etária: 12 anos e acima

★ **Ifá o adivinho (Reginaldo Prandi, 2002)**

- Resumo: o livro acompanha o adivinho Ifá em suas histórias sempre mencionando personagens míticos importantes e costumes da cultura africana.
- Faixa etária: 9 a 11 anos

★ **Conhecendo os Orixás: De Exu a Oxalá (Waldete Tristão, 2019)**

- Resumo: é o primeiro livro da coleção "O Livro dos Orixás para Crianças" especialmente criada para apresentar os Orixás e seus costumes para as crianças em idade pré-escolar e em alfabetização.
- Faixa etária: 4 a 10 anos

★ **Omo-oba: Histórias de princesas e príncipes (Kiusam de Oliveira, 2023)**

- Resumo: O livro reconta mitos africanos pouco conhecidos pelo público em geral e que reforçam os diferentes modos de ser em relação ao feminino, nos permitindo trabalhar o empoderamento das meninas dos novos tempos. Dividido em seis mitos, relata as histórias de Oiá, Oxum, Iemanjá, Olocum, Ajê Xalugá e Oduduá.
- Faixa etária: 4 a 8 anos



Vídeos e outras indicações

- ✦ **Cartilha Identidade Religiosa: Uma cartilha didática sobre diversidade religiosa e tolerância, produzido pelo OPPEs.** Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1nOi13i8vhJtxqAZ2BUa0TwEyBR8GHRB/view?usp=drivesdk>
- ✦ **Jogos e atividades para as aulas de ensino religioso.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tBAYw7Ohpkg>
- ✦ **Escolas antirracistas: por onde começar essa educação? | Por uma educação antirracista.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5uqgRoINXrg>
- ✦ **Atividade pedagógica antirracista: vamos jogar o Jogo da Onça? | Por uma educação antirracista.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LjgA7YWbuh8>
- ✦ **O que é Intolerância Religiosa? | Intolerância Religiosa no Brasil | Resumo Animado** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vLzKjKMYQBA>
- ✦ **História das Religiões #5: Religiões de MATRIZES AFRICANAS** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eABpXZzP6ls>
- ✦ **Episodio a diversidade e a intolerância religiosa no Brasil do podcast Café da manhã** Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/7xdzT29fKlAmdUWRmFoLlh>
- ✦ **Podcast “Atina para isso”** Disponível em: <https://open.spotify.com/show/6Vc1puFjfA92M5EeMqRI2T>
Sugestão: episódio 66- Emancipaxé que aborda sobre como a educação pode contribuir para o combate da intolerância religiosa.
- ✦ **Podcast “Macumbacast”** Disponível em: <https://open.spotify.com/show/33Qy7sN11KIJPURjWm4BZ>
- ✦ **Episódio “Intolerancia religiosa televisionada” do podcast Próxima parada** Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/OYqbBzj6K5bk0la1WQcNtW>
Para além de compreender o que é a intolerância religiosa, a pauta traz à tona a discussão sobre como esse preconceito está atrelado ao racismo estrutural.

13. Canais de denúncia

No Brasil, existem vários canais de denúncia para crimes que violam os direitos humanos, como é o caso dos crimes ligados à intolerância religiosa. Aqui estão alguns:

- **Disque 190:** Serviço da Polícia Militar para denúncias no ato em flagrante do crime.
- **Disque 181:** Serviço da Polícia Civil. Através do 181 o crime é denunciado anonimamente.
- **Disque 100:** Serviço da Secretaria de Direitos Humanos e da Cidadania, disponível 24 horas para receber denúncias de violação de direitos humanos.
- **Delegacias Especializadas:** Muitas cidades têm delegacias especializadas em atender casos de crimes motivados por preconceito. Caso tenha sido vítima ou presenciou uma discriminação, é importante procurar a delegacia mais próxima.
- **Ministério Público:** O Ministério Público pode receber denúncias e investigar casos de discriminação e violência.
- **Centro de Referência de Direitos Humanos:** Muitas cidades possuem Centros de Referência em Direitos Humanos que oferecem apoio e acolhimento, além de orientar sobre como proceder em casos de violência.
- **Organizações Não Governamentais (ONGs):** Existem ONGs que atuam na defesa dos direitos da população negra e praticante de religiões de matriz africana. Elas podem ser contatadas e servir de apoio.
- **Denúncia Online:** A "Delegacia Virtual", do Ministério da Justiça e Segurança Pública, permite que as pessoas denunciem de forma online casos de violência ou discriminação.
- **Em Sergipe:** Delegacia de Atendimento a Crimes Homofóbicos, Racismo e Intolerância Religiosa (DACHRI) Rua Itabaiana, 258 - bairro Centro, Aracaju/ SE. Tel (79) 3205-9400.

14. Relatório para registro de ocorrências de preconceito na escola.

RELATÓRIO PARA REGISTRO DE OCORRÊNCIAS DE PRECONCEITO NA ESCOLA
Descrição: Este relatório tem como finalidade registrar ocorrências de preconceito e discriminação na escola. O documento serve como uma ferramenta de monitoramento dos preconceitos e pode ser atualizado conforme as medidas e as ações adotadas pela escola após essas ocorrências. O preenchimento deste relatório é importante para a construção de um panorama a respeito desses conflitos e pode ajudar a planejar estratégias para combater os preconceitos e promover uma cultura de respeito nas escolas.
DADOS DO(A) ESTUDANTE QUE FOI VÍTIMA DE PRECONCEITO: Nome: _____ Turma/Série: _____ Idade: _____ Gênero: _____ Cor da pele: _____ Responsável: _____
DADOS DO(A) ESTUDANTE QUE PRATICOU O PRECONCEITO: Nome: _____ Turma/Série: _____ Idade: _____ Gênero: _____ Cor da pele: _____ Responsável: _____
INFORMAÇÕES GERAIS DO OCORRIDO: Data: ____ / ____ / ____ Local do ocorrido: _____ Tipo de violência: _____
DESCREVA ABAIXO A OCORRÊNCIA DA SITUAÇÃO (O que aconteceu? Como aconteceu? Quando aconteceu? Desde quando acontece? Com qual frequência? Quem são os envolvidos?): _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____

DESCREVA AS AÇÕES IMEDIATAS TOMADAS PELA ESCOLA (Por exemplo: o que a escola fez após receber a denúncia? Houve encaminhamento para alguma outra instituição? Se sim, qual?)
DESCREVA AS AÇÕES FUTURAS ADOTADAS PARA O ACOMPANHAMENTO DO CASO:
OBSERVAÇÕES ADICIONAIS:
Carimbo da Instituição: Assinatura do(a) Redator(a)

14. Referências

1. Nogueira, S. C. "A ignorância dói, machuca e mata": A intolerância religiosa sobre as religiões de matriz africana. *ESPAÇOS-Revista de Teologia e Cultura*, v. 28, n. 2, p. 271-284, 2020.
2. Fernandes, N. V. E. A raiz do pensamento colonial na intolerância religiosa contra religiões de matriz africana. *Revista Calundu*, v. 1, n. 1, p. 117-136, 2017.
3. Eleoterio, J. N. da S. (2020). Intolerância religiosa e violência frente às práticas educacionais. *Protestantismo Em Revista*, 46(1), 64. <https://doi.org/10.22351/nepp.v46i1.3985>
4. Goplen, J., & Plant, E. A. (2015). A Religious Worldview. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 41(11), 1474–1487. <https://doi.org/10.1177/0146167215599761>
5. Rocha, M. D. S., & Oliveira, C. D. M. de. (2018). Intolerância religiosa, educação e diálogo: Geografia escolar e os dilemas do cotidiano. *Educação & Formação*, 3(7 jan/abr), 200–219. <https://doi.org/10.25053/redufor.v3i7.179>
6. Marinho, P. M. de C. (2022). Intolerância religiosa, racismo epistêmico e as marcas da opressão cultural, intelectual e social. *Sociedade E Estado*, 37(2), 489–510. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202237020005>
7. Bobsin, O. (2017). Intolerância, violência religiosa – a demonização do diferente. *Identidade!*, 21(2), 213–226. <http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/2943>
8. Ataíde, M. A. de. (2017). Diversidade cultural e intolerância religiosa: uma afronta aos direitos humanos, uma questão de Educação. *Momento - Diálogos Em Educação*, 26(2), 297–312. <https://doi.org/10.14295/momento.v26i2.7105>
9. Santos, C. A. I. dos, Dias, B. B., & Santos, L. C. I. dos. (2023). II Relatório sobre Intolerância Religiosa: Brasil, América Latina e Caribe. CEAP.
10. Hartikainen, E. (2021). Racismo religioso, discriminação e preconceito religioso, liberdade religiosa: controvérsias sobre as relações entre Estado e religião no Brasil atual. *Debates Do NER*. <https://doi.org/10.22456/1982-8136.120588>
11. Miranda, A. P. M. de. (2021). A "política dos terreiros" contra o racismo religioso e as políticas "cristofacistas." *Debates Do NER*. <https://doi.org/10.22456/1982-8136.120344>

12. Gabatz, C. (2012). Diversidade cultural e religiosa e os desafios para uma educação inclusiva. In: Congresso Internacional das Faculdades EST, 1., 2012, São Leopoldo. Anais do Congresso Internacional das Faculdades EST. São Leopoldo: EST, v. 1, p. 50-63. G1. (2020, January 13).
13. Orlandi, P. H. A., & Reis, T. de S. (2022). Racismo religioso na escola: projeto de delineamento cultural para seu enfrentamento. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, 233–246. <https://doi.org/10.18761/dh0012.jul21>
14. Miranda, A. P. M. de. (2010). Entre o privado e o público: considerações sobre a (in)criminação da intolerância religiosa. *Anuário Antropológico*, v.35 n.2, 125–152. <https://doi.org/10.4000/aa.939>
15. Miranda, A. P. M. de. (2014). Ensinar religião ou falar de religião? Controvérsias em escolas públicas do Rio de Janeiro. *Revista Teias*, 15(36), 18–18. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/24385>
16. Quintana, E. (2018). Preconceito ético e religioso na escola: (des)humanização e barbárie. *RevistAleph*, 31. <https://doi.org/10.22409/revistaleph.v0i31.39275>
17. Araújo, J. K. R. de, Silva, J. C. N. da, Tavares, V. R., & Júnior, L. de L. C. J. L. de L. C. (2023). Os impactos da intolerância religiosa: estudo de caso em uma les da Paraíba.
18. Fonseca, E. P. de A. (2001). Faces da identidade afro-brasileira: um estudo do estigma e preconceito religioso. *Cadernos de Estudos Sociais*, 17(1). <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1273>
19. Sousa, K. M. D. (2010). Entre a Escola e a Religião: Desafios para as crianças de Candomblé em Juazeiro do Norte.
20. Boone, R. de O. M., & Ulrich, C. B. (2023). O ensino religioso e os esforços contra a intolerância religiosa. *Foco*, 16(7), e2723–e2723. <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v16n7-142>
21. Pinto, F. (2018). A importância da educação no enfrentamento à intolerância religiosa. In *Estado Laico Intolerância e diversidade religiosa no Brasil*. Fundação Heinrich Böll.
22. Maroun, K. "Jongo e educação física escolar: tecendo caminhos para o (re) conhecimento de comunidades quilombolas no ensino básico." *Cadernos de Formação RBCE* 10.1 (2019).

23. Maia, M.; Garcia, D. C. & Fernandes, M. "Metacognição e educação linguística." *Psicolinguística e metacognição na escola*, Campinas, Mercado de Letras (2019): 19-41.
24. França, D. X. de. (2017). Discriminação de crianças negras na escola. *Interacções*, 13(45). <https://doi.org/10.25755/int.9476>
25. Silva, K. C., & França, D. X. de. (2017). O preconceito racial e o processo de socialização. In *Teorias & Estudos em Psicologia Social: a contemporaneidade em temas clássicos*. Editora UFS.

